



## **A INCLUSÃO DIGITAL COMO INSTRUMENTO PARA A CIDADANIA – processo de identificação dos aprendizes do Comitê para Democratização da Informática**

Ana Paula Santos de Oliveira<sup>1</sup>

### **1 INTRODUÇÃO**

Este estudo objetiva compreender os fatores sócio-históricos que determinam o discurso da proposta pedagógica do programa de inclusão digital da ONG Comitê para Democratização da Informática (CDI), que parte do pressuposto de que o contato com as novas tecnologias da informação possibilita a inclusão social de indivíduos marginalizados. Nesse sentido, a análise se deu a partir da seguinte sequência discursiva: “A missão do CDI é a de investir na capacidade das comunidades, principalmente de seus jovens, para que possam exercer ativamente sua cidadania no cotidiano, diminuindo os níveis de exclusão a que estão submetidos”.

A pergunta que suscitou a pesquisa é a seguinte: em que medida uma instituição reprodutora da formação discursiva do mercado, que defende a busca de soluções para os problemas sociais por meio de instrumentos empresariais, pode levar a uma transformação da realidade social de populações marginalizadas?

A principal referência teórica são os conceitos da Análise do Discurso de linha francesa. Para Pêcheux, um de seus fundadores, o sentido “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (1988, p.60). O indivíduo, acrescenta o teórico, é interpelado em sujeito através da identificação com as “formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (1988, p.160-161).

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). ([virtual.ana@gmail.com](mailto:virtual.ana@gmail.com)).

## 2 CIDADANIA E CONTRADIÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA

A origem do termo cidadania remonta à Grécia Antiga, no século VIII a.C, quando era considerado cidadão quem estivesse em condições de opinar sobre os rumos da sociedade, no caso, os homens livres que possuíssem terras e outros bens. Assim, as mulheres, as crianças e os escravos eram destituídos de cidadania.

Ainda que restrito, o exercício da cidadania encontrou obstáculos posteriormente, durante a vigência do regime feudal, modelo servil e despótico que vigorou por oito séculos. Nele, os camponeses viviam em regime de servidão, submetendo-se às exigências do senhor feudal, obrigados a prestar serviços à nobreza e a pagar-lhes tributos em troca da permissão de trabalhar a terra e de ter proteção militar.

A noção ressurgiu no século XV, vinculada ao desenvolvimento do sistema capitalista. Através das revoluções burguesas, reivindicava-se o estabelecimento de leis que garantissem igualdade formal para todos. Com a Revolução Francesa (1789), em especial, finalmente os homens passam a ser considerados iguais perante a lei, assim como o poder deixa de ser usado de forma arbitrária, centrada na figura de um monarca. Ao mesmo tempo, reivindicava-se também a adoção de um modelo político e social mais condizente com o sistema capitalista. Nesse sentido, ainda que significasse um avanço em relação ao regime de servidão, o novo regime revelou-se contraditório, na medida em que o processo de exploração do sistema capitalista começava a ficar visível. Para Cavre (2006, p.21), uma forma de compreender a cidadania “é ver como ela se desenvolve juntamente com o capitalismo, pois estará também vinculada à visão da classe que o instaurou: a classe burguesa”.

Em cada uma de suas fases, o sistema capitalista manteve o exercício da cidadania vinculada às relações de produção. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, ao mesmo tempo em que garantia a igualdade perante a lei, o direito à vida e a liberdade de religião e de expressão, firmava a propriedade como direito supremo.

Em cada uma dessas etapas, a ideologia capitalista parece haver acenado com aspectos da cidadania, sempre atravessados pela sua dubiedade característica: apontando para a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, mas guardando o caráter de como explorar esses trabalhadores (CAVRE, 2006, p.38).

Já em sua etapa mercantilista, a ideia de uma cidadania mais genérica, voltada à valorização do trabalho, estava associada à ideologia de que cada indivíduo seria proprietário de seu próprio corpo, em contraposição “à sociedade rural e organizada em feudos, na qual os servos eram parte da própria gleba, como o gado, e não dono de si, de seu corpo e locomoção” (Covre, 2006, p.41).

Mas, se no começo da sociedade capitalista a classe dominante difundia o discurso de que todo cidadão poderia se tornar proprietário, pois a todos eram dadas igualdades de condições, posteriormente, quando tal discurso não mais se sustentou, a estratégia discursiva deslocou-se para a área do saber. No novo contexto, os homens passaram a ser iguais na medida em que todos são capazes de dominar o conhecimento e de ascender em uma empresa por mérito próprio.

Com a consolidação do regime capitalista, a educação volta a ser pensada como meio de controle social. Nesse sentido, “o essencial não era instruir, racionalizar o indivíduo, mas racionalizar a vida econômica, a produção, o tempo das pessoas, o ritmo dos corpos, a disciplina das mentes” (Gohn, 2005, p.13-14).

A cidadania volta-se às massas, mas para discipliná-las. Enfatizam-se os direitos individuais, mas menos como direitos e mais como deveres para com o Estado.

Espera-se que os membros do tecido social, através da educação, participem do convívio social de forma harmoniosa. Os direitos sociais não são conquistados. São outorgados pelo Estado. Neste processo, onde a educação tem destaque, a prática pedagógica enfatiza as estratégias de persuasão, esclarecimento e moralização de cada futuro cidadão (GOHN, p.14).

Nas primeiras décadas do século XX, os países mais ricos instituíram uma série de reformas sociais como forma de conter o avanço do socialismo, as quais ganharam força após a Revolução Russa (1917). Para amenizar a tensão existente entre capitalistas e trabalhadores, são organizados sindicatos, associações e partidos políticos. Mais uma vez, a relação entre capital e trabalho assume novos contornos,

resultando, agora, no Estado do Bem-Estar, com sua proposta 'socializante', voltada para uma cidadania plena, através de propostas de garantias com salário condizente, melhorias na saúde, no transporte, na educação, no lazer, nas condições de habitação, na criação do seguro-desemprego etc. (CAVRE, 2006, p.43).

Mas, com a crise que atingiu esses países privilegiados, em meados da década de 1970, o Estado do Bem-Estar é substituído pela política neoliberal. Partindo do princípio de que o excesso de responsabilidade com a sociedade torna o estado deficitário, a prática neoliberal busca cortar gastos públicos de diversas formas: na redução de investimentos em setores como saúde, educação e empregos, através de reformas e ajustes nas áreas econômicas, administrativas e políticas, na privatização e na transferência da regulação da economia para a iniciativa privada, diminuindo, assim, o exercício da cidadania.

Iniciada na Inglaterra e nos Estados Unidos, a hegemonia da ideologia neoliberal no ocidente somente foi alcançada com o ajuste dos países subdesenvolvidos ao novo modelo. Símbolo da inserção da política neoliberal nos países de terceiro mundo, o Consenso de Washington estabeleceu, por intermédio de funcionários do governo norte-americano e de organismos financeiros internacionais, uma série de estratégias para que o mundo periférico, dependente financeiramente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, se adequasse aos planos econômicos impostos por esses organismos.

### **3 CDI E A NOÇÃO DE CIDADANIA PLENA – Contradição na nova ordem social**

Com a hegemonia da ideologia neoliberal, o terceiro setor<sup>2</sup>, em especial as Organizações Não-Governamentais, começa a se expandir e a se diversificar, numa tentativa de preencher as lacunas deixadas pelo Estado.

---

<sup>2</sup> Atividade não desenvolvida pelo Estado (primeiro setor), ou pela iniciativa privada ora representante do mercado (segundo setor), mas por uma sociedade organizada, através de entidades sem fins lucrativos. Tem como objetivo a promoção do bem estar social por meio de ações assistenciais, culturais e de promoção da cidadania (MACIEL, 2006:14).

Fundado por Rodrigo Baggio em 1995, na cidade do Rio de Janeiro, o Comitê para Democratização da Informática (CDI) funciona como uma das inúmeras alternativas surgidas após a adesão do Brasil à política neoliberal. De acordo com a instituição (CDI, 2005, p.18-19), a introdução das novas tecnologias ameaçava aumentar a exclusão social. Por isso, a mobilização em prol da inclusão digital era uma necessidade urgente.

O CDI é uma rede composta, segundo dados da própria instituição relativos a 2010, de 426 centros informais de educação, denominados CDIs Comunidades, presentes principalmente em comunidades de baixa renda. Atuando em dezesseis estados brasileiros, além de países como Chile, Argentina, México, Colômbia e Jordânia, a instituição tem como “missão” levar seus aprendizes, por meio do uso das novas tecnologias, a “refletir e a discutir formas de como usá-las para planejar e construir uma nova realidade”.

Surgido como alternativa de acesso à qualificação profissional, o CDI assume em seu discurso o compromisso de, através da oferta de cursos de informática, levar cidadania à população marginalizada, especialmente aos jovens. Cidadania esta que levaria à diminuição das desigualdades sociais.

O presente estudo se propõe a analisar a proposta pedagógica da referida ONG, em particular o seguinte recorte:

“A missão do CDI é a de investir na capacidade das comunidades, principalmente de seus jovens, para que possam exercer ativamente sua cidadania no cotidiano, diminuindo os níveis de exclusão a que estão submetidos”.

A primeira observação a se fazer diz respeito ao termo *missão*, cuja origem deriva do latim *mittere*, que significa mandar, enviar. Trata-se de uma noção cuja memória discursiva remete ao discurso religioso. Nesse sentido, convém destacar que no antigo e no novo testamento *missão* diz respeito a uma ordem de Deus para levar sua mensagem aos homens. Portanto, o segmento “A missão do CDI é a de investir na capacidade das comunidades”, atualiza uma memória, agora ressignificada, que coloca o CDI na qualidade de enviado para assistir a população colocada à margem pelo poder público.

Importante destacar que os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, apesar de contar com forte apoio da ala progressista da igreja católica, não apresentava um caráter assistencialista, tal como apresentado nos dias atuais. O trabalho era centrado na reivindicação de um Estado mais democrático e atuante socialmente, o que contribuiu para a conquista de direitos sociais, inscritos na Constituição Federal de 1988.

Posteriormente, ao mesmo tempo em que a igreja retrocedeu em sua postura, em virtude de pressões vindas de Roma, a mudança no cenário sociopolítico, com a adoção da política neoliberal, alterou o foco de atuação dos movimentos sociais. “O ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais”, afirma Soares (2002, p.12).

A partir da década de 1990, os movimentos sociais perdem espaço para as Organizações Não-Governamentais, em sua maioria de cunho assistencialista, mais institucionalizadas e articuladas, inclusive com a cooperação entre sociedade, governo e grupos empresariais, desvinculando-se, assim, de um projeto estratégico popular de transformação da sociedade, como ocorre com o Comitê para a Democratização da Informática.

Dessa forma, o trecho “A missão do CDI é a de investir na capacidade das comunidades” silencia que à medida que a sociedade civil se associa, por intermédio de ONGs, com o Estado e com grupos empresariais, a fim de garantir bem-estar para a população, ocorre uma inversão nas lutas sociais, antes voltadas para a reivindicação da melhoria da qualidade de vida pelo Estado.

Percebe-se que a política do silêncio é preponderante em todo o recorte da proposta pedagógica da instituição. Trata-se, enfim, de estratégia discursiva com a finalidade de impossibilitar ao sujeito relacionar-se com outros sentidos, que poderiam levá-lo a ocupar outras posições ideológicas. “Ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, indesejáveis, em uma situação discursiva dada”, destaca Orlandi (2007, p.73).

Consagradas no Consenso de Washington, reunião que simbolizou a adesão de países de terceiro mundo à política neoliberal, as propostas de focalização no ataque à pobreza nortearam as políticas sociais no mundo periférico, culminando na descentralização dos serviços sociais públicos. Essas propostas, segundo Soares (2002, p.21-22), “não passam de uma tentativa de racionalizar a situação de agravamento geral das situações de pobreza e desamparo social a que foram conduzidos quase todos os países periféricos submetidos ao ajuste” (2002, p.21-22).

Ainda que sejam os principais responsáveis por impor uma série de limitações aos países de terceiro mundo, a fim de que estes se ajustassem à política neoliberal, os organismos financeiros internacionais, controlados pelos países capitalistas mais desenvolvidos, disseminam discursos que culpabilizam os Estados Nacionais pelos fracassos nas áreas econômica e social, ao mesmo tempo em que silenciam “a impossibilidade de que, a persistir a mesma política econômica, esse fracasso possa ser revertido” (SOARES, 2002, p.31).

Para Santomé (2003, p.19), organizações mundiais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), com o apoio das grandes empresas multinacionais, são o verdadeiro cérebro das políticas neoliberais, construindo uma grande trama de redes para a obtenção do consentimento da população com relação às suas propostas. Apagam-se, assim, dizeres que permitiriam ao sujeito se contrair com a sua posição, possibilitando a eles relacionar-se com outros sentidos, que poderiam levá-lo a ocupar outra posição ideológica.

Além de culpabilizar as nações pelo fracasso nos campos econômicos e sociais, tachando-as de incompetentes, abrindo brecha para o processo de privatização, há ainda o discurso que naturaliza as desigualdades sociais, individualizando a sociedade, “deixando pessoas e grupos entregues à sua própria sorte ou, na melhor das hipóteses, a uma rede comunitária de solidariedade” (SOARES, 2002, p.75).

Nesse sentido, embora haja a disseminação de programas sociais voltados para uma cidadania mais plena, tomando como base a retórica da solidariedade e da participação comunitária, percebe-se, por outro lado, que as mesmas, “focalizados

na pobreza, de cobertura e eficácia duvidosas, *não* foram capazes sequer de atenuar os problemas sociais existentes, que dirá resolvê-los” (SOARES, 2002, p.80).

Ao mesmo tempo em que silencia as causas das desigualdades sociais, o CDI toma para si responsabilidades do Estado, contrariando, dessa forma, a própria Constituição Federal, que em seu artigo 3º, parágrafo III, destaca que cabe ao Estado “erradicar a pobreza e a marginalização”. Por outro lado, o programa não se volta para a transformação social de seus aprendizes, mas somente “diminuir os níveis de exclusão a que estão submetidos”. Assim, não pode ser considerada uma cidadania plena.

Logo, percebe-se uma contradição no seguinte trecho do recorte do CDI: “para que possam exercer ativamente sua cidadania no cotidiano, diminuindo os níveis de exclusão a que estão submetidos”. No entanto, como pode haver uma cidadania plena sem o fim das desigualdades sociais?

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em seu primeiro artigo, a Constituição Federal (CF) aponta a cidadania como princípio fundamental. Geralmente associado à ideia de que todos os homens têm direitos e deveres, independente de raça, cor ou credo, muitas vezes os discursos relacionados ao exercício da cidadania, em especial os oficiais, produzem um efeito de sentido que negligencia o fato de que o sujeito pode ser o agente de seus direitos, neutralizando-o enquanto ser atuante, resultando, assim, em sujeitos passivos, conformados, que tudo esperam e nada fazem.

Desse modo, quando assumem o papel de “salvadores” de grupos marginalizados, prestando assistencialismo a cinquenta ou cem indivíduos, especialmente nas áreas culturais e educacionais, os movimentos sociais, em especial as Organizações Não-Governamentais, em verdade, nutrem-se da ausência e da conivência do Estado, a fim de manter a classe oprimida numa situação de dependência. Dessa forma, recorrendo à memória sócio-histórica e ideológica, percebe-se que a proposta pedagógica do CDI atualiza uma memória discursiva que se volta para a



manutenção do *status quo* dos grupos dominantes nas sociedades capitalistas, em detrimento de um maior comprometimento do Estado com as questões sociais.

## REFERÊNCIAS

CDI. **Cidadania digital**: como o CDI utiliza a informática e a educação para promover a inclusão social e transformar vidas. Rio de Janeiro: CDI, 2005.

\_\_\_\_\_. **Dez anos de conquistas sociais**. Rio de Janeiro: Microsoft, 2004.

CAVALCANTE, M. do Socorro; FLORENCIO, Ana Maria; MAGALHÃES, Belmira; SOBRINHO, Helson Flávio. **Análise do discurso: fundamentos e prática**. Maceió: EDUFAL, 2009.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Col. primeiros passos; 250).

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Col. Questões da Nossa Época; v. 5).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007.

PÊCHEX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Trad.: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.